

DESTAQUES DA SEMANA

Tecnologia da Informação

10 a 14 de fevereiro e 2025

Nesta Edição

- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [Transformação Digital](#)
- △ [Educação](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [PD&I](#)
- △ [Trabalhista](#)
- △ [Política](#)
- △ [Consultas & Compras Públicas](#)
- △ [Nomeações](#)

Inteligência Artificial

- **Anatel poderá estabelecer um *sandbox* regulatório de IA.** A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) está estruturando um sandbox regulatório para governança da Inteligência Artificial (IA), permitindo testar abordagens normativas em um ambiente supervisionado. O anúncio foi feito pelo conselheiro **Alexandre Freire** no seminário internacional “*Convergência Digital: O Papel Multissetorial na Regulação das Telecomunicações*”, promovido pelo Conselho Consultivo da agência. Freire destacou que a Anatel adota uma abordagem experimentalista, com aprendizado contínuo para adaptar a regulação da IA ao setor de telecomunicações. A reavaliação regulatória inclui a possibilidade de uso da IA ao longo da cadeia de valor dos serviços de telecomunicações, com uma **Consulta Pública prevista para o primeiro semestre de 2026**, dentro da Agenda Regulatória 2025-2026. Freire ressaltou que os *sandboxes* regulatórios são essenciais para estimular a inovação e desenvolver soluções antes da adoção ampla. Ele liderou a aprovação de três *sandboxes* voltados para a expansão da cobertura móvel, o uso de telefonia via satélite (D2D) e tecnologias de segurança por varredura corporal. Com informações de: [ASCOM ANATEL](#).
- **Painel sobre Inteligência Artificial e Telecomunicações debate desafios regulatórios e inovação.** O painel “*Inteligência Artificial e Telecomunicações: Desafios Regulatórios e Oportunidades de Inovação*”, realizado no seminário internacional “*Convergência Digital: O Papel Multissetorial na Regulação das Telecomunicações*”, debateu aspectos fundamentais do

ecossistema digital. Moderado pela conselheira do Conselho Consultivo da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), **Paloma Rocillo**, o evento contou com a participação de especialistas da área regulatória e tecnológica. **Samara Castro**, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR), ressaltou o desafio de **construir um ambiente regulatório estável e o papel crucial da Anatel no debate**. Ela também destacou a discussão brasileira sobre **remuneração compensatória para direitos autorais no treinamento de IA**. Já Bruno Bioni diretor da *DataPrivacy Brasil* e conselheiro consultivo da Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD), analisou as diferenças entre a regulação brasileira e europeia, reforçando que o **debate atual deve focar em como regular, e não se a regulação deve existir**. O painel evidenciou a importância de um diálogo multissetorial para equilibrar inovação, direitos e desenvolvimento sustentável no setor de telecomunicações. Com informações de: [ASCOM ANATEL](#)

- **Brics estuda medidas para regular Inteligência Artificial.** Os dez países integrantes do Brics estão debatendo, de forma conjunta, estratégias para mitigar os impactos da Inteligência Artificial (IA) no mercado de trabalho. O tema foi discutido nos dias 12 e 13 de fevereiro, durante reuniões do Grupo de Trabalho (GT) sobre Emprego do bloco. Entre as principais preocupações estão: (i) Impacto da IA no mercado de trabalho; (ii) Transformação digital e novos setores; (iii) Proteção social para trabalhadores impactados; e (iv) Aprendizado contínuo para jovens e idosos. A coordenadora do GT, Maíra Lacerda, destacou que os países já estão avançando em propostas concretas e que a cooperação e troca de conhecimentos são prioridades. As discussões devem resultar em um documento de consenso, que será assinado pelos ministros do Trabalho do Brics em 25 de abril, no Itamaraty, em Brasília. Além disso, há a possibilidade de internalização das medidas nas legislações nacionais, garantindo que os avanços não sejam revertidos por mudanças políticas. Com informações de: [Agência Brasil](#)
- **Brasil divulga prioridades de sua presidência à frente do Brics.** O governo brasileiro divulgou as prioridades de sua presidência à frente dos Brics em 2025, destacando a cooperação do Sul Global e as parcerias para o desenvolvimento social. Essas diretrizes se desdobram em seis áreas centrais: saúde global, comércio e finanças, mudança do clima, **governança da inteligência artificial**, reforma da arquitetura multilateral de paz e segurança, e desenvolvimento institucional. Dentre os temas em destaque, está o debate sobre proteção de dados e o uso ético da inteligência artificial. O documento reforça a importância do Brics como um espaço para soluções colaborativas frente a desafios globais e conflitos, alertando para o impacto do unilateralismo e do extremismo na estabilidade internacional. O Brasil sediará a Cúpula de Chefes de Estado do Brics no Rio de Janeiro, precedida por uma série de eventos governamentais. O calendário de 2025 será organizado sob o lema "*Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança mais Inclusiva e Sustentável*". Com informações de: [Agência Brasil](#)

Transformação Digital

- **Brasil e União Europeia reforçam cooperação em governança digital e reafirmam seus marcos de legislação na área digital.** O Brasil e a União Europeia reafirmaram seu compromisso com o desenvolvimento digital e a regulamentação de novas tecnologias durante a **13ª Edição do Diálogo Digital bilateral**, em Bruxelas. O encontro resultou na aprovação do

Plano de Trabalho 2025-2026, focado em conectividade, inteligência artificial, governança de dados e governo eletrônico. Ambos os lados concordaram em compartilhar experiências sobre regulamentação digital, identidade eletrônica e desafios da conectividade, especialmente em áreas remotas. A parceria busca fortalecer marcos regulatórios e promover uma governança global inclusiva das tecnologias digitais. O Brasil e a União Europeia também se comprometeram a acompanhar a implementação do Pacto Digital Global da ONU e a colaborar em fóruns multilaterais, como o G20, para garantir um ambiente digital seguro e alinhado aos valores democráticos. Além disso, destacaram a importância de investimentos em tecnologias de código aberto para ampliar a inovação e a inclusão digital.

- » O diretor-presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), **Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior**, destacou a abordagem regulatória do Brasil para IA e fluxo internacional de dados, reforçando o compromisso da agência com boas práticas internacionais e o contexto brasileiro. Ele mencionou que a ANPD deve se tornar a autoridade reguladora central de IA no Brasil, conforme o [PL 2338/2023](#), e apresentou iniciativas como o *Sandbox* Regulatório de IA e Proteção de Dados. Durante o evento, Ortunho também apresentou a [Resolução nº 19/2024](#), que regulamenta a transferência internacional de dados pessoais no Brasil, alinhada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). O normativo estabelece cinco mecanismos de conformidade, incluindo decisões de adequação e cláusulas contratuais padrão. Com informações de: [ASCOM Secom](#) e [ASCOM ANPD](#)

Educação

- **CENEC estabelece fluxo de monitoramento das políticas federais de conectividade.** O Comitê Executivo da Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (CENEC), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), publicou nesta quarta-feira (12), a [Resolução nº 5/2025](#), que estabelece o fluxo de monitoramento das políticas federais de conectividade, com o objetivo de **garantir a universalização da conectividade de qualidade para fins pedagógicos e administrativos** nas escolas públicas da educação básica. O Comitê será responsável por monitorar diversas iniciativas e políticas federais, incluindo programas do Ministério das Comunicações (MCom), da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), do Ministério de Minas e Energia (MME), do Ministério da Educação (MEC) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Entre as ações monitoradas estão o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicação (Fust), o Programa Aprender Conectado, a Política de Inovação Educação Conectada e o Programa Banda Larga nas Escolas, entre outros. Os gestores das políticas deverão enviar relatórios de monitoramento a cada 2 meses, seguindo um formato determinado pelo MEC.

Mídias Sociais

- **CCS: conselheiros apontam necessidade de regulação das plataformas digitais.** O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS) do Senado Federal debateu, nesta segunda-feira (10), a necessidade de regulamentação das redes sociais após a decisão da Meta de encerrar programas de moderação de conteúdo. O presidente do CCS, **Miguel Matos**, destacou que o Supremo Tribunal Federal (STF) poderá atuar nesse sentido e sugeriu que o tema seja discutido na próxima reunião do conselho. Conselheiros ressaltaram a urgência

da regulação e a importância da educação midiática para combater a desinformação e discursos de ódio. O conselho aprovou ainda mudanças no regimento interno, que ainda precisam ser validadas pelo Congresso. Com informações de: [Agência Senado](#)

- **Silas Câmara vê PL 4.691 como caminho para unir direita e esquerda na regulação da Internet.** O [PL 4691/2024](#), que propõe um modelo de regulação para plataformas digitais, ganhou destaque após o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) indicar que o governo federal pretende adotá-lo como referência. O autor do projeto, deputado **Silas Câmara (REP/AM)**, afirmou que ainda não foi contatado oficialmente pelo governo, mas recebeu grande interesse de parlamentares que querem relatar a matéria. O projeto foi elaborado na Comissão de Comunicação (CCOM) da Câmara com contribuições de especialistas, universidades e representantes do setor. Câmara defende que o texto supere as falhas do [PL 2630/2020 \(PL das Fake News\)](#), enfatizando liberdades individuais e incluindo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) na fiscalização. Enquanto a Anatel já expressou apoio ao modelo, a ANPD ainda não se manifestou oficialmente. A tramitação do projeto dependerá da recomposição das comissões na Câmara, e Silas Câmara defende um debate amplo para amadurecer o texto antes da votação em Plenário.

Com informações de: [Teletime](#)

- **Secom diz que governo não vai taxar plataformas digitais como resposta a tarifas de Trump.** A Secretaria de Comunicação do Governo (Secom), liderada por **Sidônio Palmeira**, declarou que o governo brasileiro não pretende taxar plataformas digitais norte-americanas como resposta a uma possível elevação de tarifas sobre o aço e alumínio anunciada pelo presidente dos EUA, Donald Trump. Caso oficializada, a medida dos EUA afetaria diretamente o Brasil, o segundo maior exportador de aço para o país, com **48%** das exportações do setor destinadas ao mercado norte-americano. Na segunda-feira (10), foi divulgado que o governo brasileiro estudava a possibilidade de antecipar uma "*digital tax*", semelhante à adotada pelo Canadá, que aplica **3%** de imposto sobre receitas de serviços digitais baseados em engajamento, dados e conteúdo dos usuários. Entretanto, a Secom descartou essa estratégia como retaliação e afirmou que a proposta não está na mesa do presidente Lula no momento. O governo brasileiro busca evitar uma guerra comercial com os EUA e aguardará um anúncio oficial antes de tomar qualquer medida. O ministro **Fernando Haddad (Fazenda)**, declarou que o governo só se manifestará após medidas concretas, enquanto o vice-presidente **Geraldo Alckmin** reforçou que qualquer reação ocorrerá somente após a confirmação das tarifas por Trump. Com informações de: [Folha de S. Paulo](#)

- **Cade fecha cerco a big techs no que deve ser o 1º embate do Brasil com empresas dos EUA na era Trump.** O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) prepara-se para julgar sanções contra Apple e Google por práticas anticoncorrenciais em suas lojas de aplicativos. A investigação aponta que a Apple impõe uma taxa de até 30% sobre desenvolvedores da App Store, prática questionada por empresas como Mercado Livre, Match e Epic Games. A empresa nega irregularidades e recorreu ao Cade após decisão judicial suspender uma sanção anterior. O órgão também investiga práticas similares no Google Play Store. Paralelamente, o governo Lula planeja ampliar o poder do Cade para regulá-lo como autoridade sobre as big techs, prevenindo condutas predatórias. Com informações de: [O Estado de S. Paulo](#)

- **Presidente da CPI das Bets defende melhor identificação de apostadores.** A Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda (SPA/MF) divulgou, na segunda-feira (10), que vai criar uma plataforma digital para centralizar os dados das pessoas que são excluídas ou proibidas de apostar e de pessoas que, por vontade própria, não querem participar nem receber avisos ou publicidade de bets. No entendimento do presidente da CPI das Bets, senador **Dr. Hiran** (PP/RR), além da questão do cadastro, é necessário discutir mecanismos de detecção da eficácia da iniciativa nas redes. Com informações de: [Agência Senado](#)
- **CPI da Manipulação de Apostas poderá ser prorrogada por mais 45 dias.** A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas pode ganhar mais tempo para concluir seus trabalhos. O senador **Jorge Kajuru** (PSB/GO), que preside a comissão, pediu uma prorrogação de 45 dias devido à falta de quórum mínimo para as últimas reuniões. O relatório final, sob responsabilidade do senador **Romário** (PL/RJ), deveria ter sido apresentado, mas com a ausência de senadores, os trabalhos ficaram comprometidos. A CPI foi instalada em abril de 2024 para investigar possíveis fraudes no futebol brasileiro, envolvendo jogadores, dirigentes e empresas de apostas. Se a prorrogação for aprovada, a comissão terá mais tempo para aprofundar as investigações e entregar um relatório mais detalhado. Com informações de: [Agência Senado](#)

PD&I

- **Sem dinheiro, Finep suspende financiamentos à inovação.** A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), suspendeu temporariamente os financiamentos à inovação no modelo de crédito descentralizado devido à falta de orçamento. Segundo um ofício do MCTI, o limite de recursos para 2025 foi atingido rapidamente devido ao alto volume de projetos contratados nos últimos dias. A Finep esclareceu que a suspensão visa garantir compromissos já firmados e que a retomada dependerá da captação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e da votação da Lei Orçamentária Anual pelo Congresso. Os programas afetados incluem Finep Inovacred, Inovacred Conecta, Inovacred 4.0, Inovacred Expresso e Finep Aquisição Inovadora (Telecom e Energia). Com informações de: [Convergência Digital](#)

Trabalhista

- **Pronto para a pauta do Plenário projeto que revoga regras sindicais.** O deputado **Ossesio Silva** (REP/PE) apresentou parecer preliminar de Plenário favorável ao PL 1663/2023 (revogação de regras sindicais) e ao substitutivo da Comissão de Trabalho (CTRAB). A matéria, que tramita em regime de urgência, encontra-se pronta para inclusão na pauta de sessão deliberativa do Plenário. Caso aprovado, o projeto será remetido ao Senado Federal.

Política

- **Governo e Senado discutem prioridades legislativas para 2025-2026 e alinham agenda econômica.** O presidente do Senado, **Davi Alcolumbre**, reuniu-se com os ministros **Fernando Haddad** (Fazenda), **Alexandre Padilha** (Relações Institucionais) e **Simone Tebet** (Planejamento e Orçamento), além de líderes do Senado, para discutir as prioridades legislativas do governo no Congresso. O encontro, realizado na Residência Oficial do Senado, teve como foco a agenda econômica e legislativa para o biênio 2025-2026, com a apresentação de uma lista de 25 projetos prioritários. Essa mesma pauta já havia sido apresentada na semana passada ao presidente da Câmara dos Deputados, **Hugo Motta**. Entre as prioridades destacadas estão a segunda fase da regulamentação da reforma tributária, o projeto que prevê a isenção de imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil, a modernização dos regimes de concessão e parcerias público-privadas (PPPs), o fortalecimento da proteção a investidores do mercado de capitais e a regulação das *big techs*.
- » Alcolumbre destacou a importância do diálogo entre o Executivo e o Legislativo, ressaltando a colaboração entre Senado e Câmara para avançar na agenda tributária ainda no primeiro semestre. Ele enfatizou a boa relação institucional entre as duas Casas e o governo, reforçando seu compromisso como interlocutor para futuras discussões sobre o desenvolvimento do país, sem viés ideológico ou partidário.
 - » O ministro Haddad agradeceu a abertura do Senado para esse trabalho conjunto, destacando a importância da cooperação entre governo e oposição para a construção de uma pauta que coloque o Brasil em primeiro lugar. Ele reforçou que, além do equilíbrio fiscal, é essencial criar condições para um crescimento econômico sólido e sustentável. O ministro lembrou que o país cresceu quase **7%** nos últimos dois anos, impulsionado por medidas aprovadas pelo Congresso, e demonstrou otimismo quanto ao próximo biênio. Haddad também enfatizou a urgência de implementar as novas políticas, dado o cenário de competição global por investimentos, inovação e transformação econômica. Ele destacou que o Brasil tem condições favoráveis para aproveitar as oportunidades desse momento, mas precisa estar preparado com uma regulação eficiente para setores estratégicos. Além disso, reconheceu a importância de projetos apresentados por senadores e afirmou que o governo analisará a possibilidade de incorporá-los à sua agenda. Fonte: Foco - Relações Governamentais
- **Hugo Motta afirma que comissões serão definidas após o carnaval.** O presidente da Câmara dos Deputados, **Hugo Motta** (REP/PB), anunciou que as comissões permanentes e especiais só serão instaladas após o Carnaval, com definições a serem feitas pelos líderes partidários. Entre as pautas, está a criação de uma comissão especial para discutir mudanças no Código Eleitoral, incluindo o voto distrital misto para eleições de deputados, proposta que tramita desde 2017. Motta também confirmou um encontro com o presidente Lula, mas negou que tenham tratado de emendas ou projetos específicos, destacando apenas a importância do diálogo entre os Poderes. Com informações de: [O Globo](#)
- **PL quer presidir 6 comissões em 2025: “Não abrirei mão”, diz líder.** O líder do PL na Câmara, **Sóstenes Cavalcante** (RJ), afirmou que o partido pleiteará a presidência de seis comissões permanentes da Casa, seguindo o critério regimental que beneficia a maior bancada. A definição ocorrerá após o Carnaval. Em 2023, o PL comandou 5 comissões, incluindo a de Constituição e Justiça (CCJC) e a de Segurança Pública (CSP). Para 2024, a legenda busca

espaços estratégicos, como as comissões de Saúde (CS), Relações Exteriores (CREDN), Agricultura (CAPADR) e Segurança Pública (CSP). A disputa promete tensões, principalmente com o PT, que pretende impedir **Eduardo Bolsonaro** (PL/SP) na Comissão de Relações Exteriores e dificultar a manutenção do PL na Segurança Pública. Até agora, apenas 3 comissões já têm presidentes definidos: Viação e Transportes (PP), Minas e Energia (PSD) e Turismo (PSD). Com informações de: [Poder 360](#)

Consultas & Compras Públicas

- **Governo lança plataforma online para compras públicas de MEIs e mira em R\$ 6 bilhões por ano.** Foi publicado no Diário Oficial da União – DOU de quinta-feira (13), [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 52/2025](#), que cria o Contrata+Brasil, plataforma de negócios públicos, módulo integrado à plataforma do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg). A plataforma conecta órgãos públicos a microempreendedores individuais (MEIs) para facilitar contratações de serviços de manutenção e pequenos reparos. A iniciativa busca reduzir burocracias e ampliar oportunidades para trabalhadores autônomos, com projeção de **R\$ 6 bilhões em contratações anuais**. Na primeira fase, apenas MEIs poderão se cadastrar para serviços, com possibilidade de futura expansão para micro e pequenas empresas, agricultores familiares e cooperativas. O cadastro ocorre via gov.br, com obrigatoriedade de inscrição no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (Sicaf). Com informações de: [Convergência Digital](#)

Nomeações

- **MDIC designa Coordenadora-Geral de Inteligência Artificial e Tecnologias Emergentes.** Foi designada [Pollyana de Carvalho](#) para exercer a função de **coordenadora-geral de Inteligência Artificial e Tecnologias Emergentes**, do Departamento de Transformação Digital e Inovação, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (SDIC/MDIC).
- **Lula designa nova conselheira suplente do CNPD.** Na qualidade de representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), foi [designada](#) [Marta Jovina de Medeiros](#) para exercer a função de **membro suplente do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade (CNPD)**, na vaga anteriormente ocupada por Julierme Rodrigues da Silva.
- **MDIC designa novo Coordenador-Geral de Empreendedorismo Inovador e Inovação Aberta.** No âmbito do Departamento de Transformação Digital, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), foi [designado](#) [Samuel Antunes Antero](#) para exercer a função de **coordenador-geral de Empreendedorismo Inovador e Inovação Aberta**.